



15381112



08001.004635/2017-34



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Assessoria Especial de Controle Interno

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2021

| | |
|--|-------------------------------|
| Data: 28/07/2021 | Hora de Início: 10h00 |
| Local: Plataforma Microsoft Teams | Hora de Término: 11h05 |

UNIDADES PARTICIPANTES:

AECI; SE; SENASP; SEGEN; SENAD; SEOPI; SENACON; SENAJUS; DEPEN; POLÍCIA FEDERAL; POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL; ARQUIVO NACIONAL; FUNAI e CADE.

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às 10 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se virtualmente os representantes das unidades acima relacionadas para discussão e apresentação dos seguintes assuntos: 1) resultado do monitoramento das recomendações da CGU por meio do Sistema e-Aud; 2) recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta; 3) Processo de Contas do exercício de 2020 e 2021; 4) atualização do Rol de Responsáveis; 5) Programa de Integridade; e 6) Programa de Gestão de Riscos. O Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da AECI, procedeu à abertura da reunião, esclarecendo que a reunião seria gravada e disponibilizada a todos os participantes. Prosseguiu explicando que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, bem como manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme detalhada abaixo:

1) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações contidas no Sistema e-Aud/CGU - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI realiza o acompanhamento das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos de controle, bem como realiza tratativas junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Prosseguiu solicitando às unidades que mantenham atualizada a relação dos servidores indicados para terem acesso ao sistema e-Aud, principalmente daqueles cadastrados com o perfil supervisor, os quais têm permissão para encaminhar a manifestação à CGU. Informou que os servidores indicados devem realizar o cadastro prévio no referido sistema e solicitar a lotação na respectiva unidade. Prosseguiu informando que foi encaminhado processo, via SEI, a todas as unidades, para que promovessem a atualização dos servidores cadastrados no sistema. Em seguida, demonstrou aos gestores o passo a passo de como realizar o cadastro, conforme orientações contidas no Ofício-Circular nº 1/2020/AECI/MJ (10789361) – processo SEI nº 08001.000203/2020-50. Quanto às recomendações da CGU inseridas no sistema e-Aud, apresentou os resultados das ações das unidades, informando o quantitativo de recomendações em monitoramento de cada unidade, ressaltando aquelas que se encontram para providências do gestor. Recomendou aos gestores providências tempestivas naquelas que restam para o seu total atendimento. Informou que foram encaminhadas Notas Técnicas a todas as unidades do MJSP, contemplando os resultados de cada área. Em seguida, apresentou o panorama das recomendações da CGU aos órgãos deste Ministério, demonstrando a evolução no atendimento quando comparado com o trimestre anterior. Informou que a SENACON, SENAD e SEOPI não possuem nenhuma recomendação em monitoramento. Por fim, explanou sobre como encaminhar as informações no sistema e-Aud.

2) Recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta - Sr. Cláudio Py (AECI) apresentou o panorama de comunicações processuais emitidas pelo TCU às unidades deste Ministério, ressaltando as que se encontram pendentes de resposta, que totalizam 9 (nove) comunicações, estando dentro do prazo para resposta. Parabenizou as unidades pelo atendimento das determinações do TCU. Por fim, informou que foi encaminhado às unidades a Nota Técnica contemplando os resultados de cada área

3) Processo de contas do exercício de 2020 e 2021 - O Sr. Cláudio Py (AECI) ressaltou a necessidade de disponibilizar à sociedade, conforme determina o TCU, de determinadas informações. Ressaltou ainda a importância de acompanhar as informações disponibilizadas no sítio do MJSP. Esclareceu que as áreas têm que atualizar as informações durante o ano inteiro, algumas quase que diariamente. Com as novas regras, aumentou a necessidade de disponibilizar tais informações sempre atualizadas. Em seguida, mostrou o link (<https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>,) para acessar as informações. Deixou para mostrar, ao final da reunião, o *Business Intelligence* - BI.

4) Atualização do Rol de Responsáveis – O Sr. Cláudio Py (AECI) parabenizou as unidades pelo encaminhamento das informações atualizadas do rol de responsáveis. Em seguida, apresentou o panorama da última atualização de cada unidade, referente à posição de junho de 2021. Ressaltou a importância de sempre manter atualizada as informações, tendo em vista a necessidade de colocá-las no processo de contas.

5) Programa de Integridade - O Sr. Cláudio Py (AECI) informou que será realizada a Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Programa de Integridade (CEPI), no dia 30 de julho de 2021. Ressaltou a necessidade de atualização das medidas de tratamento aos riscos no Plano de Integridade do MJSP. Em seguida, informou que será feita ampla divulgação do Programa de Integridade e suas diretrizes a todas as unidades deste Ministério.

6) Programa de Gestão de Riscos - O Sr. Cláudio Py apresentou o quadro com os processos de trabalho estratégicos, que as unidades deverão abrir e fazer os lançamentos no Sistema de Apoio à Gestão de Integridade e Riscos - AGIR, contendo o total de 69 (sessenta e nove) processos vinculados aos projetos estratégicos do MJSP, cujo gerenciamento de riscos é obrigatório. Deste total, 9 (nove) já se encontram com o tratamento de riscos aprovado, sendo 7 (sete) da SENAJS e 2 (dois) da SENAD. Em seguida, discorreu sobre o quadro com os processos de cada unidade, ressaltando que haverá a necessidade de revisar alguns deles, tendo em vista a revisão aprovada pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE. Enfatizou a importância da produção do Plano de Implementação de Controles para os processos que são de gerenciamento de riscos obrigatórios, o qual deverá ser submetido à validação do CGE.

Encerrada a apresentação da pauta, o Sr. Cláudio Py compartilhou o acesso ao *Business Intelligence* - BI, mostrando a página do MJSP (<https://www.gov.br/mj/pt-br>) que contém a parte de "TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS", contendo todas as informações do processo de contas, inclusive o Relatório de Gestão. Esclareceu que o BI demonstra a missão institucional do MJSP. Prosseguiu demonstrando como acessar as diversas informações de Controle, Licitações e Contratos, Rol de Responsáveis, dentre outras.

Abertos os questionamentos, a Sra. Richeli Barbara (PRF) relatou que algumas recomendações, inseridas no e-Aud, não são de competência da PRF, mas sim da PF; que já solicitou a baixa de tais recomendações, mas permanecem no sistema. O Sr. Cláudio Py disse que realizará tratativas junto à CGU, visando à baixa dessas recomendações ou, caso necessário, solicitar a adoção de medidas por parte da PF. Em seguida, a Sra. Richeli Barbara (PRF) questionou quais eram os procedimentos a serem adotados quando o órgão discorda da recomendação. O Sr. Cláudio Py respondeu que seria necessário conversar com a CGU sobre a questão; esclareceu que, na reunião de busca conjunta de soluções, que ocorre antes da emissão da recomendação, o gestor deve se manifestar formalmente caso tenha opinião contrária à solicitação de auditoria da CGU. A Sra. Richeli também perguntou se poderia inserir, no sistema e-Aud, uma resposta enviada por uma Superintendência Regional diretamente à CGU há mais de 1 (um) ano, mas que não tinha sido encaminhada via sistema. O Sr. Cláudio Py respondeu que poderia ser inserida no sistema, sem qualquer prejuízo. A servidora da PRF também relatou que a CGU tem solicitado, na fase de elaboração da auditoria, informações por meio do aplicativo *WhatsApp*; que, no seu entendimento, tal procedimento é inadequado. Em resposta, o Sr. Cláudio Py disse que está sendo uma prática comum dos órgãos de controle o uso desse meio de comunicação. Por fim, a Sra. Richeli (PRF) informou que, em duas ocasiões, os órgãos de controle buscaram informações relacionadas à inteligência; que, no entendimento daquele órgão policial, tais informações não devem ser objeto de auditoria. O Sr. Cláudio Py respondeu que, a depender do enquadramento, algumas situações devem ser respondidas aos órgãos de controle.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 05/08/2021, às 10:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Luisa Hedler, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 05/08/2021, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Zilio da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 05/08/2021, às 15:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 05/08/2021, às 16:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Célia Bernardes Vilarinho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Substituto(a)**, em 05/08/2021, às 17:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO ANDRÉ KAISER CABRAL, Chefe de Gabinete da Secretaria de Operações Integradas**, em 06/08/2021, às 11:53, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 09/08/2021, às 09:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em 10/08/2021, às 16:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rabelo Patury, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 16/08/2021, às 10:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15381112** e o código CRC **CB9ABEE7**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.